Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias

Introdução às teorias do desenvolvimento

Paulo André Niederle
Guilherme Francisco W. Radomsky
(orgs.)

UFRGS EDITORA

SEAD UFRGS
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

INTRODUÇÃO ÀS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO

UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor
Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora e Pró-Reitora
de Coordenação Acadêmica
Jane Fraga Tutikian

EDITORA DA UFRGS

Diretor
Alex Niche Teixeira

Conselho Editorial
Álvaro Roberto Crespo Merlo
Augusto Jaeger Jr.
Carlos Pérez Bergmann
José Vicente Tavares dos Santos
Marcelo Antonio Conterato
Marcia Ivana Lima e Silva
Maria Stephanou
Regina Zilberman
Tânia Denise Miskinis Salgado
Temístocles Cezar
Alex Niche Teixeira, presidente

Paulo André Niederle
Guilherme Francisco Waterloo Radomsky
(Organizadores)

INTRODUÇÃO ÀS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO













Copyright dos autores 1ª edição: 2016
Direitos da edição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Capa: Ely Petry
Revisão: Ignacio Antonio Neis, Jaques Ximendes Beck e Sabrina Pereira de Abreu

Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias
Coordenação: Lovois de Andrade Miguel, Gabriela Trindade Perry e Marcello Ferreira

Curso de Graduação Bacharelado em Desenvolvimento Rural (PLAGEDER)
Coordenação Pedagógica: Marcelo Antonio Conterato
Coordenação de Tutoria: Laura Wunsch
Coordenação Núcleo EAD: Tânia Rodrigues da Cruz
Secretário: Jorge Luis Aguiar Silveira
Projeto gráfico: Editora da UFRGS

I61 Introdução às teorias do desenvolvimento [recurso eletrônico] / organizadores Paulo André Niederle [e] Guilherme Francisco Waterloo Radomsky ; coordenado pelo SEAD/UFRGS. – Dados eletrônicos . – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
149 p. : pdf

(Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias)

Inclui referências.

1. Economia. 2. Teorias do desenvolvimento. 3. Rostow – Estágios – Desenvolvimento. 4. Schumpeter – Teoria do desenvolvimento econômico. 5. Celso Furtado – Economia política – Desenvolvimento latino-americano. 6. Hirschman – Economia do desenvolvimento 7. Sen – Desenvolvimento – Liberdade. 8. Desenvolvimento – Teoria evolucionária – Mudança institucional. 9. Estado – Desenvolvimentismo – Neodesenvolvimentismo. 10. Pós-desenvolvimento. 11. Desenvolvimento sustentável. 12. Desenvolvimento rural. I. Niederle, Paulo André. II. Radomsky, Guilherme Francisco Waterloo. III. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Secretaria de Educação a Distância. IV. Série.

CDU 330.34

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0356-6

DESENVOLVIMENTO RURAL: DO AGRÍCOLA AO TERRITORIAL

Juan Camilo de los Ríos Cardona
Mailane Junkes Raizer da Cruz
Rafaela Vendruscolo
Guilherme F. W. Radomsky

INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta as principais discussões sobre o desenvolvimento, com ênfase nas questões do rural, bem como nos principais aportes das políticas públicas que convergem para os modelos de desenvolvimento. Inicia-se com a problemática referente ao desenvolvimento agrícola e agrário, que marcou as décadas de 1950 a 1980, passando pelos debates sobre desenvolvimento rural e desenvolvimento rural sustentável que se instauraram na década de 1980, impulsionados pelas consequências do modelo de desenvolvimento das décadas anteriores. Em seguida, serão tratadas as concepções de desenvolvimento local e desenvolvimento territorial, que surgem nas décadas de 1990 e de 2000 como decorrência, entre outros fatores, da crise do Estado desenvolvimentista e de seu projeto de modernização da agricultura e do meio rural.

DIFERENTES VISÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL

As diferentes definições dadas ao conceito de desenvolvimento rural des-

de a década de 1950 têm sido influenciadas pelo "espírito" de cada época (NAVARRO, 2001), embora, como assinalam Ellis e Biggs (2005), qualquer tentativa de interpretar o desenvolvimento rural desde meados do século passado arrisque incorrer em uma perigosa simplificação. Parece indispensável, não obstante, apresentar alguns conceitos associados ao desenvolvimento rural. Detenhamo-nos, inicialmente, na concepção de desenvolvimento agrícola, para abordar, na sequência, os conceitos de desenvolvimento agrário, desenvolvimento rural e desenvolvimento local, e terminar com a atual conceituação de desenvolvimento territorial.

DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

A visão do desenvolvimento rural especificada como *desenvolvimento agrícola* está vinculada principalmente à base material de produção agropecuária – área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, mão de obra, etc. –. Segundo Navarro (2001), foi esta a visão que predominou na década de 1950, mas que teve maior força na década de 1970, período marcado por intensificação tecnológica como parte de uma estratégia que visava o aumento da produtividade e a elevação da renda dos produtores. Nesta perspectiva, *rural* era sinônimo de *agrícola*, e *desenvolvimento rural*, de *modernização agrícola*, "produzindo transformações socioeconômicas no meio rural que trouxeram resultados bastante penosos para os trabalhadores rurais e muito favoráveis às elites agrárias, agrícolas e agroindustriais" (DELGADO, 2009, p. 4).

Navarro (2001) assinala ainda que, entre 1950 e 1975, a noção de desenvolvimento rural visava o bem-estar econômico das populações rurais; isso, porém, se dava graças ao ímpeto modernizante, com expressiva intervenção do Estado para induzir à adoção de tecnologias, no intuito de otimizar a produção e a produtividade no setor agrícola. Em outras palavras, o Estado promovia o desenvolvimento agrícola – ou agropecuário – por meio da modernização calcada nos preceitos da chamada Revolução Verde[1], que constituiu uma nova compreensão de agricultura, baseada no modelo capitalista ocidental, que gra-

[1] Denomina-se *Revolução Verde* o modelo de produção difundido após o término da Segunda Guerra Mundial com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade da agricultura mediante o uso intensivo do solo via mecanização, irrigação, aplicação de agroquímicos (fertilizantes e agrotóxicos) e sementes geneticamente melhoradas de alto rendimento.

dualmente foi se universalizando. Entende o autor que, ao disseminar um novo padrão de produção, a Revolução Verde representou uma ruptura com o passado que ocasionou perda da relativa autonomia que a agricultura experimentara até então, além da mercantilização gradativa da vida social.

Como foi exposto nos capítulos anteriores, no caso brasileiro, nas décadas de 1960 e 1970, a economia era dominada pela ideia força da industrialização, considerada como o melhor instrumento para eliminar a grande defasagem que separava o País das economias capitalistas industrializadas, com participação expressiva do Estado na economia e no planejamento do desenvolvimento (DELGADO, 2009). É importante lembrar que, nesse período, o Brasil vivia sob a ditadura militar e que quaisquer críticas às ações do Estado corriam risco de sofrer violenta repressão.

Embora essas políticas tenham privilegiado principalmente os grandes produtores e os produtos destinados à exportação, também é certo que essa noção de desenvolvimento agrícola estava associada no cenário internacional ao crescimento agrícola baseado na eficiência da pequena produção. Na época, considerava-se que, nos países de baixa renda, a camada de "agricultores tradicionais" ou "agricultores de subsistência" poderia formar a base dos processos econômicos conduzidos pela agricultura (ELLIS; BIGGS, 2005, p. 64). Tal visão encontrou grande expressão no trabalho de Theodore Schultz (1981 [1967]), que considerava o potencial da pequena agricultura como um motor do desenvolvimento e crescimento econômicos, desde que dispusesse das condições técnicas adequadas. Estimava o autor que, caso dispusessem de máquinas e insumos modernos, os agricultores saberiam obter, entre seus custos e resultados econômicos, uma razão tal que esta, por seu comportamento maximizador, se traduziria em substancial aumento de produção e produtividade.

Nesta fase da modernização agrícola, foi implementada a política de crédito rural subsidiado, iniciada em 1965 com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que foi o principal instrumento de política econômica voltado para a modernização da agropecuária (DELGADO, 2009). Também merecem destaque a criação, no começo dos anos 70, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), que coordenavam, respectivamente, a pesquisa e a difusão de tecnologias com vistas ao aumento da produção e da produtividade, e a reformulação da Política de Garantia de Preços Mínimos

(PGPM), que assegurava uma renda mínima ao produtor rural mediante a diminuição da flutuação dos preços pagos pelos produtos agrícolas.

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Se, na concepção corrente até quase o fim do século XX, o rural é o espaço onde ocorrem atividades agrícolas, uma possibilidade de mudança social para que o rural acompanhe o desenvolvimento urbano-industrial é modernizar a agricultura com instrumentos para incrementar a produção e a produtividade. Esta é uma visão que revela significativa confiança nos fatores técnicos associados ao progresso. Outra possibilidade de mudança está em aprofundar ou modificar as relações capitalistas no campo ou alterar a estrutura agrária e o padrão de distribuição dos fatores de produção, em especial a terra. A noção de desenvolvimento agrário está vinculada a essa transformação mais geral das relações sociais de trabalho e propriedade no espaço rural.

A expressão *desenvolvimento agrário* refere-se às interpretações acerca do mundo rural em suas relações com a sociedade em todas as suas dimensões. Tal perspectiva assenta-se na análise da vida social rural e na sua evolução histórica associada às demais mudanças na sociedade envolvente. Trata-se de uma visão vinculada à interpretação marxista do desenvolvimento do capitalismo no campo, que enfatiza os processos históricos de transformações da "vida social rural", para a qual a estrutura agrícola – produção e produtividade – é apenas um entre vários aspectos. Segundo Ellis e Biggs (2005), a ênfase recaiu – e ainda recai – no exame da dinâmica das classes sociais, das relações de poder, da desigualdade e da diferenciação social, e na articulação desses aspectos com processos socioeconômicos mais amplos, ligados à transformação do capitalismo.

No Brasil, alguns acontecimentos, tais como a organização das ligas camponesas antes de 1964 e a luta pela democratização durante a década de 1970 e no início dos anos 80, permitiram que a questão agrária assumisse uma importância política central, principalmente no período de redemocratização do País durante a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). Delgado (2009) assinala que se ergueram novas reivindicações por políticas de preços e crédito rural para pequenos agricultores, revelando, assim, esta nova faceta do desenvolvimento, que ia além da simples visão de *agrícola*. Essas reivindica-

ções redundaram em políticas públicas voltadas principalmente à promoção da reforma agrária, as quais visavam justamente alterar o padrão de ocupação da propriedade da terra no meio rural, transformando igualmente as relações de trabalho e produção.

DESENVOLVIMENTO RURAL

Outra conceituação do desenvolvimento rural ganha evidência nas décadas de 1980 e 1990, como fruto do transcorrer histórico das discussões sobre o desenvolvimento agrícola e agrário. De acordo com Navarro (2001), o *desenvolvimento rural* propriamente dito precisa ser diferenciado do *desenvolvimento agrícola* e do *desenvolvimento agrário*, pois se trata de um conjunto de ações sistemáticas e inter-relacionadas, empenhadas em produzir mudanças sociais. O autor define desenvolvimento rural como "ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural" (p. 88).

Esta ação está associada ao fato de que, desde o final da década de 1970, começou-se a perceber que as políticas modernizantes para o desenvolvimento agrícola não haviam sido efetivas em assuntos específicos, como a redução da pobreza. Tal situação gerou um desencanto geral que, sem dúvida, se intensificou com o estancamento da fase econômica expansionista do pós-guerra. Além disso, a partir dos anos 80, com o advento das novas estratégias políticas inspiradas no enfoque conhecido como neoliberalismo, o papel do Estado na condução eficaz das suas políticas foi enfraquecido e, consequentemente, o debate sobre o desenvolvimento foi retirado da agenda pública.

A partir da década de 1990, o desenvolvimento rural foi revitalizado pela emergência de novas abordagens, fortemente influenciadas pelas transformações de ordem social, política e econômica que ocorreram na sociedade como um todo, "desdobrando-se em políticas governamentais direcionadas para a reforma agrária, o crédito para a agricultura familiar, o apoio aos territórios rurais, o estímulo a ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros" (SCHNEIDER, 2010, p. 512). Essas novas dimensões surgiram como resposta ao projeto modernizante da agricultura, que gerou resultados voltados quase que exclusivamente para as elites agrárias, agrícolas e agroindustriais, em

detrimento dos trabalhadores rurais (DELGADO, 2009), além do grave impacto ambiental causado pela aplicação de técnicas de produção agrícola com uso excessivo e intensivo de insumos industriais e, em muitos casos, com técnicas inadequadas para as condições biofísicas dos ecossistemas locais (LEFF, 2000).

Tais constatações conduziram a que fossem incorporadas ao "desenvolvimento rural" outras dimensões, não propriamente agrícolas – entre as quais questões relacionadas à sustentabilidade e ao meio ambiente –, dando origem às noções de *desenvolvimento sustentável* e *desenvolvimento rural sustentável* (*vide supra*, cap. 9). O componente "sustentável" da expressão refere-se exclusivamente ao plano ambiental, indicando ser necessário que as estratégias de desenvolvimento rural incorporem uma compreensão adequada das chamadas "dimensões ambientais". Já o desenvolvimento rural sustentável significaria uma integração da nova dimensão ambiental com as outras dimensões –produtivas, sociais, culturais e econômicas – do desenvolvimento rural.

DO DESENVOLVIMENTO LOCAL À ABORDAGEM TERRITORIAL

A crise do Estado desenvolvimentista e centralizador e as transformações do rural nas últimas décadas acarretaram mudanças nas concepções de desenvolvimento. De um Estado desenvolvimentista e planejador do desenvolvimento, passa-se à descentralização político-administrativa na gestão, com a crescente influência da sociedade civil em esferas de poder (RÜCKERT, 2005). Isso propicia o surgimento de iniciativas de desenvolvimento da sociedade civil, ou desta em articulação com entes estatais, através de ações de desenvolvimento local e/ou territorial.

A concepção de *desenvolvimento local* nasce da problematização entre desenvolvimento exógeno e endógeno. Os processos de desenvolvimento exógenos acusavam incoerências com as diversas realidades brasileiras, gerando consequências de um modelo imposto uniformemente, o que levou diversos segmentos da sociedade a tecerem críticas a um modelo de desenvolvimento intervencionista. Por outro lado, também os projetos localistas deixaram à mostra fragilidades, pois depositaram excessiva confiança em atores locais – muitas vezes desprovidos de recursos – para implementarem projetos de desenvolvimento. As limitações da ação do Estado – com a crise econômica e os problemas advin-

dos da ação centralizadora intervencionista – criaram outros dilemas, uma vez que, como estratégia de reforma das ações para o desenvolvimento, o processo foi descentralizado para ser protagonizado por organizações não governamentais (ONGs) e outras entidades da sociedade.

Segundo Navarro (2001), o surgimento da noção de desenvolvimento local é resultado de duas transformações importantes. A primeira está ligada à emergência e à multiplicação das organizações da sociedade civil e de ONGs, que se dedicaram a executar ações em espaços locais. A segunda está vinculada ao processo mais amplo de descentralização das decisões, nas quais o Estado atribui responsabilidade aos atores locais para promoverem e recriarem formas de gestão de recursos públicos. Desenvolvimento local é, na definição de Buarque (1999, p. 9), "um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população".

Frente às concepções de desenvolvimento essencialmente exógenas adotadas até então, o desenvolvimento local representa uma inovação ao atentar à necessidade de olhar para a diversidade local e construir projetos de desenvolvimento que partam das necessidades reais de cada localidade. Esta perspectiva busca valorizar a cultura, os saberes e fazeres, os recursos naturais, bem como a participação das pessoas nas decisões e no desenho dos projetos de desenvolvimento.

Com efeito, nos anos 90, as políticas localistas no Brasil multiplicaram-se no vácuo deixado pela crise do Estado. A crise de financiamento do desenvolvimento ofereceu uma oportunidade para iniciativas locais, mobilizadas pelas ONGs e demais organizações da sociedade. A ampliação da pluralidade de atores que passaram a elaborar e a executar projetos de desenvolvimento reverteu-se na pulverização de recursos e na descentralização do Estado.

Quando o Estado, face a tais dificuldades, retoma os projetos de desenvolvimento, observa-se que as experiências locais deram espaço a ações articuladas entre o rural e o urbano e entre municípios, gerando novas compreensões do desenvolvimento fundadas na concepção de território. Essa concepção busca superar tanto a dicotomia entre rural e urbano quanto as ações meramente localistas, para afirmar um tipo de estratégia calcado nas relações espaciais, porém estimulando redes e iniciativas que articulem territórios mais abrangentes

que os locais. Estas passaram a ser denominadas iniciativas de desenvolvimento territorial.

Na noção de *desenvolvimento territorial*, o território constitui a unidade sobre a qual se assenta a ação de desenvolvimento. O surgimento do território, enquanto lugar de execução das políticas públicas e ação dos atores sociais, implica, no entanto, diversas consequências. Como salienta Schneider (2004), os espaços não são meros suportes das relações sociais, econômicas, culturais e políticas; as instituições, as organizações e as relações que configuram o tecido social nos territórios são os recursos efetivamente habilitados para se traduzirem em projetos de desenvolvimento.

Nas universidades, disciplinas como Geografia, Antropologia, Economia e Sociologia debruçaram-se sobre a noção de território, compreendendo-o de diferentes formas, de acordo com o olhar e o contexto político e social. Bonnal et al. (2008, p. 190-191) dividem os estudos sobre território e desenvolvimento territorial em quatro grandes concepções, apoiadas em bases disciplinares.

> [...] a) território como unidade de atuação do Estado para controlar a produção de externalidades pela agricultura, sejam elas positivas ou negativas; essa abordagem responde essencialmente a uma preocupação da economia política; b) território como unidade de construção de recursos específicos para o desenvolvimento econômico; essa preocupação corresponde ao ponto de vista da economia territorial; c) território como produto de uma ação coletiva, concepção relacionada à socioeconomia das organizações; d) território como componente fundamental das sociedades tradicionais, no sentido de sociedades arcaicas, que se inscreve na perspectiva da antropologia e da antropologia econômica.

As territorialidades construídas a partir das relações e similaridades socioculturais e naturais de determinado espaço despertaram o interesse das Ciências Sociais para os estudos sobre território – até então objeto restrito da Geografia –, que passaram a focar as interações sociais e a apropriação simbólica do espaço (ABRAMOVAY, 2003; 2007). Inúmeras pesquisas apontam a

construção de novas territorialidades como promotoras do desenvolvimento, as quais constituem estratégias ancoradas na valorização cultural e natural dos lugares. Esses processos de valorização de regiões rurais por sua cultura e pela natureza pautam-se pela instauração de uma identidade territorial como propulsora e mobilizadora do desenvolvimento (FROEHLICH, 2002). Assim, os territórios são estabelecidos a partir das características materiais e imateriais, ou seja, com base em seus recursos biofísicos e humanos, suas relações sociais, e seus modos de produção e cultura.

Veiga (2003) e Abramovay (2003) apontam algumas condições para a abordagem territorial do desenvolvimento; entre eles, a necessidade de superação da dicotomia rural/urbano, bem como dos limites municipais, em busca de mecanismos organizacionais que facilitem as relações, a exemplo dos consórcios acima mencionados. Veiga destaca ainda, como principal desafio, a proposição de uma estratégia que viabilize ir além das ações setoriais e promover uma real articulação horizontal nos territórios rurais; ou seja, sair dos limites municipais, associar-se com vistas a valorizar o território e compartilhar projetos e recursos necessários ao desencadeamento do desenvolvimento territorial.

No Brasil, a abordagem territorial vem ganhando espaço tanto nos centros de pesquisa quanto entre os formuladores de políticas públicas, sendo a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário o exemplo mais patente de ação pública voltada a esse fim. Projetos de desenvolvimento descentralizados, elaborados pelos atores reunidos em territórios, são estratégicos no século XXI. As Políticas de Desenvolvimento Territorial (Territórios da Cidadania, Territórios Rurais) são uma prova cabal de que o Estado passou a considerar os territórios como lócus para as suas ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história das políticas e programas de desenvolvimento, de 1950 até nossos dias, mostra que, neste curto período, mudanças nas concepções de espaço rural, de políticas públicas e de lócus privilegiado para ação estatal resultaram em transformações relevantes nas definições de desenvolvimento. De uma orientação que visava aumentar a produção e a produtividade agrícola, expressivas de 1950 até fins dos anos 70, passa-se a considerar o desenvolvimento rural um conjunto abrangente e complexo de ações previamente articuladas

que objetivam mudanças gerais em um ambiente social.

Até meados dos anos 80, o Estado era o ente-chave para iniciar, propor e conduzir tais processos de desenvolvimento. No entanto, o final do século XX testemunha a dificuldade desse Estado em organizar o desenvolvimento de modo intervencionista sem a participação dos atores sociais locais. A sociedade civil organizada põe-se a estabelecer parcerias e redes – com a participação crucial do Estado, que não "sai de cena" –, visando promover processos locais ou territoriais de desenvolvimento. Neste panorama, uma das mudanças mais relevantes a destacar é aquela que articula o necessário protagonismo dos atores locais e territoriais com uma concepção de rural enquanto espaço não identificado exclusivamente com a atividade agrícola, que comporta diversidade econômica, social e cultural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

_____. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, Antônio César; ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Orgs.). *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas: Alínea, 2007. p. 19-38.

BONNAL, Philippe; CAZELLA, Ademir Antônio; MALUF, Renato Sérgio Jamil. Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 185-227, out. 2008.

BUARQUE, Sérgio C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal*: material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília: INCRA/IICA, 1999.

DELGADO, Nelson Giordano. *Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional*. Brasília: IICA, MDA, 2009.

ELLIS, Frank; BIGGS, Stephen. La evolución de los temas relacionados al desarrollo rural: desde la década de los años ´50 al 2000. *Organizações Rurais e Agroindustriais*, Universidade Federal de Lavras, v. 7, n. 1, p. 60-69, jan./abr. 2005.

FROEHLICH, José Marcos. *Rural e Natureza*: a construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

LEFF, Enrique. *Ecologia, capital e cultura*: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: Ed. da FURB, 2000.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez. 2001.

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, USP, São Paulo, n. 17, p. 79-94, 2005.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

_____. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511-531, jul./set. 2010.

SCHULTZ, Theodore William. Modernización de la agricultura. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, Bogotá, n. 7, p. 93-121, sept. 1981.

VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias*: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2003.